CLIPPING INTERNET

22/09/2022 ATÉ 22/09/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1 2
1.2 SITE O PROGRESSO..... 3
2 CNJ
2.1 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)..... 4
3 DESEMBARGADOR
3.1 BLOG DOMINGOS COSTA..... 5
4 INSTITUCIONAL
4.1 SITE O MARANHENSE..... 6
4.2 SITE O PROGRESSO..... 7
5 POSSE
5.1 SITE O MARANHENSE..... 8
6 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
6.1 SITE O PROGRESSO..... 9
7 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
7.1 SITE O MARANHENSE..... 10

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
22/09/2022 - BLOG DOMINGOS COSTA
NEUTRA
Edivaldo Holanda Júnior usa os Sarney?s e joga a culpa em Flávio Dino e Brandão

Edivaldo Holanda Júnior usa os Sarney’s e joga a culpa em Flávio Dino e Brandão

Chateado com os recorrentes números de todas as pesquisas eleitorais que apontam sua drástica queda, o candidato ao governo do Maranhão Edivaldo Holanda Júnior (PSD) usou suas redes sociais esta semana – após a divulgação do levantamento da Ipec/TV Mirante – para atacar o ex-governador Flávio Dino e o atual chefe dos Leões, Carlos Brandão, ambos do PSB.

De acordo com o ex-prefeito de São Luís, “a pesquisa é mentirosa e a dobradinha Dino com Sarney é a única verdade na eleição”. Ocorre que ao atacar a família Sarney, Edivaldo fere a própria carne, vez que ele possui apoio de uma parte da família Sarney nestas eleições.

Holanda Júnior é do PSD, partido presidido no Maranhão pelo deputado federal Edilázio Júnior, casado com Alina Sarney, filha legítima da Desembargadora Nelma Sarney e de Ronald Sarney – irmão de Sarney.

Fotos das redes sociais (veja acima) mostram a sobrinha de Sarney fazendo campanha nas ruas com adesivo no peito de Edivaldo. Portanto, é completamente descabido os ataques do ex-prefeito de São Luís contra a família que o apoio na disputa pelo Palácio dos Leões.

Se faz necessário Edivaldo Holanda Júnior refletir sobre incoerência política.

Aliás, antes que esqueça, o PSD, é presidido nacionalmente por Gilberto Kassab, amigo íntimo de José Sarney…

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
22/09/2022 - SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)
POSITIVA
CNJ lança guia para implementação de comitês de políticas penais nos estados

CNJ lança guia para implementação de comitês de políticas penais nos estados

22 de setembro de 2022, 18h23
ImprimirEnviar

O diálogo entre diferentes instituições da esfera pública, privada e do terceiro setor é fundamental para melhorar serviços penais, desde a porta de entrada até a porta de saída, de forma a garantir que direitos legais estão sendo observados nas diferentes fases do ciclo penal.

TJ-ACCNJ lança guia para implementação de comitês de políticas penais nos estados
Para permitir uma melhor organização e diálogo entre os atores envolvidos nestas etapas, o Conselho Nacional de Justiça lança a publicação Comitês de Políticas Penais: Guia Prático para Implantação. A estruturação de um comitê que atenda todo o ciclo penal, com formação interinstitucional e intersetorial, partiu de demandas das próprias unidades da federação. Atualmente, há modelos formalmente instalados no Acre e na Bahia.

Além disso, em diagnóstico prévio sobre o tema, o CNJ identificou que sete unidades da federação já tinham comitês que trabalhavam assuntos específicos no campo penal. A proposta de um Comitê de Políticas Penais parte do reconhecimento de que o ato de punir é complexo e que demanda o fortalecimento de práticas restaurativas na resolução de conflitos e medidas alternativas ao encarceramento.

"O Comitê de Políticas Penais é uma valiosa ferramenta para que os protagonistas locais possam construir respostas efetivas e sustentáveis para os desafios no campo da privação de liberdade no país, a partir de uma atuação coletiva e articulada entre as instituições envolvidas e a sociedade civil", explica o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luís Lanfredi.

Os comitês passarão a integrar as instituições responsáveis pela aplicação, acompanhamento e execução das políticas penais, tendo como prioridade o compromisso com a pessoa custodiada durante todo o ciclo penal. O produto foi desenvolvido com o apoio técnico do programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para induzir políticas públicas de proporcionalidade penal, garantia de direitos, inclusão social e cidadania para pessoas privadas de liberdade e egressas.

Em funcionamento
No Acre, o comitê foi lançado em novembro de 2021. "Os desafios que envolvem o sistema penal são muito grandiosos e estruturais, há uma impossibilidade de apenas uma instituição fazer as transformações necessárias", indica a juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Andrea Brito.

"O Comitê explicita a importância do fortalecimento das articulações entre instituições e poderes para que possamos alcançar o resultado que é a mudança do cenário de violações massivas que os ambientes prisionais em nosso país enfrentam, e com isso, reduzir a superpopulação em várias frentes, garantindo acesso a políticas de mudança e transformação".

O comitê, que dá seus primeiros passos, está estruturado em seis grupos de trabalho (GTs) voltados ao fortalecimento de políticas de saúde, cidadania, enfrentamento ao racismo, populações vulneráveis, prevenção à tortura e proporcionalidade. Além da reunião de sensibilização e de convite às organizações para engajamento, houve indicação dos integrantes de cada GT pelas instituições envolvidas.

O próximo passo é realizar reuniões para estabelecer os planos de trabalho para alcançar os objetivos estabelecidos para cada GT. Na Bahia, o Comitê de Políticas Penais e Socioeducativas foi instituído em julho de 2022. Composto por duas câmaras temáticas, uma penal e outra socioeducativa, o órgão terá reuniões mensais com todos os atores envolvidos para, a partir das demandas levantadas, criar grupos de trabalho voltados à solução de problemas específicos.

"Vamos criando esses pequenos grupos, com tarefas específicas e prazos razoáveis para solução e, na medida em que essas tarefas forem sanadas, os grupos se dissolvem e criam-se novos para outras demandas", conta o juiz coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário da Bahia, Antônio Faiçal.

"O Comitê é um organismo vivo que pretende estabelecer, com especialização temática, uma dinâmica para que esses problemas macro comecem a se resolver. É uma tentativa local de avanço em termos de gestão dessas políticas e esperamos que traga um resultado muito satisfatório já em médio prazo", completou.

Sobre a publicação
Desenvolvido a partir de uma perspectiva teórica, mas também operacional a partir da atuação do CNJ junto aos poderes locais com apoio do Fazendo Justiça, o guia apresenta orientações de estrutura, organização e competências, que podem ser adaptadas a partir dos contextos locais, apresentando ainda, uma minuta de ato normativo para constituição dos comitês como exemplo.

"Acreditamos que o guia é bem eficiente em salientar a potência do Comitê de articular essa rede complexa, qualificando uma atuação global de maneira promissora", observa o professor Luiz Antonio Bogo Chies, da Universidade Católica de Pelotas, consultor responsável pela elaboração do Guia. Segundo Chies, a publicação foi desenvolvida a partir de intenso diálogo com as equipes do CNJ e do Fazendo Justiça, buscando aliar densidade de conteúdo a um formato de fácil aplicação.

Além do guia prático para implementação de Comitês de Políticas Penais, estão disponíveis no site do CNJ várias publicações realizadas pelo programa Fazendo Justiça para apoiar tribunais e outros órgãos na qualificação das respostas do poder público para o campo da privação de liberdade. Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
22/09/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Programa "Justiça de Proximidade" leva serviços e melhorias a Paraibano

Programa "Justiça de Proximidade" leva serviços e melhorias a Paraibano

Durante seus 37 anos de idade, a moradora do município de Paraibano Francisca Ribeiro da Silva viveu sem o nome de seu pai em seus documentos. Nesta quarta-feira (21), por meio do projeto "Registro Cidadão", do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o lavrador Miguel Rodrigues de Sousa e sua filha Francisca puderam realizar o procedimento de reconhecimento de paternidade e regularizar a situação na Certidão de Nascimento, gratuitamente.

O projeto Registro Cidadão faz parte de força-tarefa levada a comarca de Paraibano por meio do programa "Justiça de Proximidade", iniciativa da Presidência do TJMA para disponibilizar serviços de cidadania, melhorias estruturais nos fóruns judiciais e atendimentos e orientações para servidores e servidoras de comarcas do interior, com o objetivo de aprimorar, estruturar e atender às necessidades das comarcas do Estado.

Lançado nessa terça-feira (20) na comarca de Mirador pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, as ações e serviços internos de aprimoramento nas áreas judiciais, administrativas e extrajudiciais, de recursos humanos, engenharia, segurança institucional, informática e tecnologia da informação também serão levados nessa quinta-feira (22) à comarca de Passagem Franca.

"´Fico feliz de ver uma unidade do Poder Judiciário com os servidores presentes, vemos que há uma boa interação e relacionamento, percebemos que todos estão trabalhando com entusiamo que é fundamental", observou o presidente da Corte durante a visita ao fórum loca.

Por meio do projeto Registro Cidadão, nos dois primeiros dias, foram realizados 108 atos gratuitos de registro civil, entre registros de nascimento; registros tardios de óbito e nascimento; segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito e reconhecimento de paternidade. "Achamos que foi muito bom regularizar, porque quando eu morrer minha filha poderá ficar com meu nome dos seus documentos", declarou o lavrador Miguel Rodrigues de Sousa.

"Hoje recebemos a equipe do TJMA, por meio do programa Justiça de Proximidade, com a presença de psicólogo, médica; equipes de segurança e infraestrutura, que foi de bastante valia para a comarca, pois é uma comarca distante e essa interação com o TJMA faz que fiquemos mais inseridos e norteia a nossa realidade, uma parceria que vem para melhorar a nossa prestação jurisdicional", avaliou a juíza titular da comarca de Paraibano, Kalina Alencar Cunha Feitosa.

MELHORIAS NOS FÓRUNS

O programa Justiça de Proximidade também oportunizou a realização de treinamento para servidores e servidoras sobre cálculos de custas finais e implantação de sistema de alvará eletrônico (SisConDJ), promovido

pelo FERJ, por meio da servidora Mara Rúbia Sousa Silva.

Na área de recursos humanos, ações de bem-estar foram oferecidas aos servidores e servidoras, com palestras sobre direitos e obrigações e trâmite dos procedimentos administrativos, realizada pela servidora Flávia Ximenes (chefe da Divisão de Direitos e Deveres); e sobre a temática do Setembro Amarelo, com o servidor Railson Rodrigues, psicólogo do TJMA (Divisão Psicossocial). Também disponibiliza atendimentos médicos e de enfermagem, por meio da médica Mariany Oliveira, coordenadora dos Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossociais, e da auxiliar de enfermagem Conceição Cadilha.

Mais informações em:
https://omaranhense.com/programa-justica-de-proximidade-leva-servicos-e-melhorias-a-paraibano/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
22/09/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Poder Judiciário lança programa "Justiça de Proximidade" em Mirador

Poder Judiciário lança programa "Justiça de Proximidade" em Mirador

Com o objetivo de aprimorar os serviços judiciais das comarcas e promover maior aproximação com as unidades, o Poder Judiciário do Maranhão realizou nesta terça-feira (20) a primeira edição do "Programa Justiça de Proximidade", na comarca de Mirador, distante 428 km de São Luís. Além do projeto "Registro Cidadão", que oferece a emissão de documentação civil de forma gratuita, a ação contempla atendimentos médicos, psicossociais, palestras de orientação aos servidores e servidoras e serviços de aprimoramento da estrutura do fórum local por meio da atuação das Diretorias do TJMA.

O lançamento do Programa foi feito no Salão do Júri do Fórum Aristides Lobão pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten, com a presença do juiz titular de Mirador, Nelson Luiz Dias Dourado; do juiz auxiliar da Presidência José Nilo Ribeiro; da juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Teresa Palhares Nina; dos diretores de Engenharia Luiz Cláudio Patrício, do Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), André Menezes Mendes, de Segurança Institucional, Alexandre Magno, além de servidores e servidoras.

O presidente do TJMA ressaltou que o Programa Justiça de Proximidade busca aproximar a administração central do Poder Judiciário das unidades jurisdicionais de primeiro grau, levando as equipes das Diretorias de Engenharia; de Informática; de Segurança Institucional; e Recursos Humanos – Serviço Médico e Psicossocial até as comarcas, objetivando identificar as principais dificuldades e problemas estruturais que prejudicam a execução dos serviços, e resolvendo de imediato ou em menos tempo as demandas, com a contribuição dos juízes(as) e servidores(as).

Ele explicou que o Programa Justiça de Proximidade pretende expandir os quatro eixos da gestão do atual biênio do Tribunal de Justiça (governança, resolutividade, integridade e transparência) para as comarcas do interior do Estado. "O Programa está dentro do projeto inicial da gestão de aprimorar a infraestrutura necessária para que juízes, juízas, servidores e servidoras coloquem sobre ela a superestrutura que é a entrega da prestação jurisdicional de forma adequada e em tempo razoável, com atenção voltada para os cidadãos e cidadãs, sobretudo os mais vulneráveis", pontuou.

O juiz Nelson Luiz Dias Dourado ressaltou as diversas ações que o TJMA está promovendo na comarca de Mirador durante a semana, como a Conciliação Itinerante, o Registro Cidadão e a instalação de sala do projeto Justiça de Todos (CGJMA) em Sucupira do Norte, ampliando a entrega da prestação jurisdicional na comarca que possui uma grande extensão territorial, atendendo também a população de Sucupira do Norte, agregada a Mirador em 2017. "São ações que representam fundamental importância para o jurisdicionado de Mirador e por trazerem o TJMA para uma comarca distante quase 500 km da capital", frisou.

Mais informações em:
https://omaranhense.com/poder-judiciario-lanca-programa-justica-de-proximidade-em-mirador/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
22/09/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA aprova anteprojeto que eleva 3 comarcas para entrância final

TJMA aprova anteprojeto que eleva 3 comarcas para entrância final

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou anteprojeto de lei complementar, nesta quarta-feira (21/9), que altera a redação da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, que trata do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão. Dentre as mudanças, uma eleva as comarcas de Imperatriz, Timon e Caxias - atualmente de entrância intermediária - para entrância final, juntando-se à Comarca da Ilha de São Luís, única de entrância final no momento.

O documento será agora enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação. Caso aprovado, será submetido à sanção do governador do Estado.

O anteprojeto da relatoria do desembargador Cleones Cunha informa que, sempre que uma comarca tiver alterado o seu número de juízes, o presidente do Tribunal submeterá ao Plenário, se for o caso, a nova classificação dessa comarca. Dentre os requisitos para a criação e instalação de novas comarcas, o primeiro deles define população mínima de 40 mil habitantes e 20 mil eleitores no termo judiciário que servirá de sede.

Dentre as normas, uma determina que os juízes de direito auxiliares de entrância final da Comarca da Ilha de São Luís terão jurisdição em toda a Comarca, conforme designação do corregedor-geral da Justiça.

Já o parágrafo 3° do artigo 9° diz que as Varas da Infância e Juventude, as Varas de Família, a 8ª Vara Criminal, as Varas das Execuções Penais, as Varas Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Vara Especial do Idoso contarão com equipes multidisciplinares, constituídas por servidores do Poder Judiciário ou requisitados de outros órgãos do Poder Executivo, conforme resolução do Tribunal de Justiça.

Outra norma estabelece que as vagas de titulares de unidades jurisdicionais que surgirem na Comarca da Ilha de São Luís, se não preenchidas por remoção, serão preenchidas pelos juízes auxiliares das comarcas de Entrância Final, obedecida, rigorosamente, à ordem de antiguidade, sem direito à recusa, se forem oriundos da Comarca da Ilha de São Luís; e, na falta de juízes auxiliares, por juízes de entrância intermediária, por promoção, pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

OUTROS ARTIGOS

O artigo 2º acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 8º-A, segundo o qual, as audiências de custódia decorrentes de prisões realizadas ou comunicadas à autoridade judiciária no período do plantão serão realizadas nas dependências das Centrais de Inquérito da Comarca da Ilha de São Luís, ou em outro local designado pelo corregedor-geral da Justiça.

Já o artigo 3º do anteprojeto acrescenta dois outros artigos ao Código. Um deles diz que as comarcas de entrância final de Caxias, Imperatriz e Timon terão, respectivamente, dois, cinco, e três juízes auxiliares de entrância final.

As vagas de titulares de unidades jurisdicionais que surgirem nestas três comarcas, se não preenchidas por remoção, serão preenchidas pelos juízes auxiliares da respectiva comarca de entrância final, obedecida, rigorosamente, à ordem de antiguidade, sem direito à recusa; e, na falta de juízes auxiliares, por juízes de entrância intermediária, por promoção, pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Antes da titularização do juiz auxiliar em uma unidade jurisdicional, deverão ser apreciados pelo Tribunal os pedidos de remoção porventura existentes.

O anteprojeto informa que, assim como aos juízes titulares de entrância final, aos juízes auxiliares da mesma entrância é permitida a permuta e a remoção entre as referidas comarcas de entrância final.

O artigo 4º do anteprojeto destaca que os cargos de juiz de direito e de servidores efetivos e em comissão, existentes nas comarcas de Caxias, Imperatriz e Timon, seguirão a nova classificação dessas comarcas.

O Artigo 5º estabelece que ficam transformados dez cargos de juiz substituto de entrância inicial em cargos de juiz auxiliar de entrância final para as comarcas de Caxias, Imperatriz e Timon.

Mais informações em:
https://omaranhense.com/tjma-aprova-anteprojeto-que-eleva-3-comarcas-para-entrancia-final/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
22/09/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Juízes são empossados na Comarca da Ilha de São Luís

Juízes são empossados na Comarca da Ilha de São Luís

O presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Ricardo Duailibe, deu posse, no Gabinete da Presidência, aos magistrados que foram promovidos na sessão administrativa do Órgão Especial desta quarta-feira (21/9).

Os juízes Antonio Elias de Queiroga Filho (titular da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda) e Marcelo Silva Moreira (titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Bacabal), foram promovidos, pelo critério de merecimento, para a Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final.

O termo de compromisso e posse foi lido pelo diretor-geral do TJMA, Carlos Anderson Ferreira.

Participaram da solenidade de posse, os desembargadores Ronaldo Maciel, Gervásio Protásio dos Santos, Raimundo Bogéa, Sebastião Bonfim, o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros, juízes e juízas e familiares.

Judiciário dialoga com órgãos sobre reserva de vagas para egressos

Nessa terça-feira (20), o Poder Judiciário, por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), promoveu reunião com representantes de 20 instituições públicas do Estado do Maranhão, entre secretarias e empresas públicas, com o objetivo de ampliar a divulgação do Decreto Nº 37.806/2022, que regulamenta a Lei 10.182/2014 – que cria a "Política Estadual Começar de Novo", dispondo sobre a obrigatoriedade da reserva das vagas para a admissão de detentos e egressos do sistema penitenciário nas contratações de obras e serviços pelo Estado do Maranhão.

A reunião foi presidida pelo coordenador-geral da UMF/TJMA, desembargador Ronaldo Maciel; com a participação do juiz coordenador Douglas de Melo Martins; do secretário de Administração Penitenciária (SEAP) Murilo Andrade; do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT/MA), Luciano Aragão; do promotor de Justiça Pedro Lino Curvelo, representando o procurador-geral de Justiça; da coordenadora local do programa Fazendo Justiça (CNJ) Claudia Gouveia; da procuradora-geral adjunta para Relacionamento Institucional Socorro Trabusi, representando o procurador-geral Valdênio Caminha; do chefe da Divisão Começar de Novo (UMF), André Barreto, e representantes das instituições.

O desembargador Ronaldo Maciel destacou os avanços em relação à gestão do sistema prisional do Maranhão nos últimos anos e a importância de as instituições trabalharem no combate ao preconceito social contra grupos vulneráveis. "Aos poucos, com o trabalho, vamos rompendo as barreiras e mentalidades para reduzir as desigualdades sociais", pontuou.

O juiz Douglas de Melo Martins frisou que a busca por uma sociedade mais justa não depende de apenas uma instituição, mas da união de esforços, de forma que fazer cumprir a legislação quanto aos direitos das pessoas egressas do sistema prisional e abertura de vagas contribui para combater mecanismos de exclusão social, vulnerabilidades e obstáculos vividos por esse grupo social. "Todos temos uma parcela de responsabilidade para que as pessoas egressas também tenham oportunidades de trabalho, pois são sujeitos de direito que a elas são mais provavelmente negados", observou.

Na oportunidade, a SEAP, por meio do gestor de Trabalho e Renda, realizou uma apresentação a respeito das informações sobre Frentes de Trabalho e Renda prisional nos regimes fechado e semiaberto. A supervisora de Reintegração da SEAP, Mônica Barros, apresentou o fluxo de aplicação da lei com base no Decreto 37.806/2022.

A assistente social da Divisão Começar de Novo da UMF/TJMA Jercenilde Cunha Silva fez uma apresentação sobre os marcos normativos das cotas legais de contratação de pessoas egressas do sistema prisional, enfatizando que a discussão sobre a Lei N° 10.182/2014 é um tema já trabalhado no estado do Maranhão há vários anos, ressaltando a necessidade de promoção de uma mudança de olhar para os egressos, que enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou deixar o sistema penitenciário. "É preciso atuação e fiscalização sobre o cumprimento da lei para que haja uma efetividade, principalmente após a regulamentação", frisou.

O procurador do Trabalho Luciano Aragão parabenizou a edição dos normativos legais e afirmou que o MPT está à disposição para atuar na fiscalização e colaborar com a iniciativa que visa a combater a violação de direitos inserida no complexo contexto que envolve a prática de delitos penais. "Um problema complexo não

pode solucionado apenas com a resposta penal que, embora indispensável, não alcança a mudança necessária para alcançar uma sociedade mais segura, é preciso uma abordagem diferenciada e a legislação Começar de Novo vem com esse intuito”, apontou.

O promotor de Justiça Pedro Lino Curvelo também frisou que a legislação tornando ilegal o procedimento licitatório que não preveja a inserção das pessoas egressas coloca um ponto de partida na efetivação da política. “Que a partir de agora possa ser bem conduzida possibilitando angariar um número significativo de egressos”, avaliou.

TJMA aprova anteprojeto de lei que eleva Comarca de Imperatriz para entrância final

Caso aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador, serão contempladas as comarcas de Imperatriz, Caxias e Timon.
Ascom/TJMA
Agência TJMA de Notícias

Na mesma sessão, foi aprovado anteprojeto de lei que transforma a Vara Única da Comarca de Aldeias Altas na 4ª Vara Cível da Comarca de Caxias - Foto: Divulgação

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou anteprojeto de lei complementar, nesta quarta-feira (21/9), que altera a redação da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, que trata do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão. Dentre as mudanças, uma eleva as comarcas de Imperatriz, Timon e Caxias – atualmente de entrância intermediária – para entrância final, juntando-se à Comarca da Ilha de São Luís, única de entrância final no momento.

O documento será agora enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação. Caso aprovado, será submetido à sanção do governador do Estado.

O anteprojeto da relatoria do desembargador Cleones Cunha informa que, sempre que uma comarca tiver alterado o seu número de juízes, o presidente do Tribunal submeterá ao Plenário, se for o caso, a nova classificação dessa comarca. Dentre os requisitos para a criação e instalação de novas comarcas, o primeiro deles define população mínima de 40 mil habitantes e 20 mil eleitores no termo judiciário que servirá de sede.

Dentre as normas, uma determina que os juízes de direito auxiliares de entrância final da Comarca da Ilha de São Luís terão jurisdição em toda a Comarca, conforme designação do corregedor-geral da Justiça.

Já o parágrafo 3° do artigo 9° diz que as Varas da Infância e Juventude, as Varas de Família, a 8ª Vara Criminal, as Varas das Execuções Penais, as Varas Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Vara Especial do Idoso contarão com equipes multidisciplinares, constituídas por servidores do Poder Judiciário ou requisitados de outros órgãos do Poder Executivo, conforme resolução do Tribunal de Justiça.

Outra norma estabelece que as vagas de titulares de unidades jurisdicionais que surgirem na Comarca da Ilha de São Luís, se não preenchidas por remoção, serão preenchidas pelos juízes auxiliares das comarcas de Entrância Final, obedecida, rigorosamente, à ordem de antiguidade, sem direito à recusa, se forem oriundos da Comarca da Ilha de São Luís; e, na falta de juízes auxiliares, por juízes de entrância intermediária, por promoção, pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

OUTROS ARTIGOS
O artigo 2º acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 8º-A, segundo o qual, as audiências de custódia decorrentes de prisões realizadas ou comunicadas à autoridade judiciária no período do plantão serão realizadas nas dependências das Centrais de Inquérito da Comarca da Ilha de São Luís, ou em outro local designado pelo

corregedor-geral da Justiça.

Já o artigo 3º do anteprojeto acrescenta dois outros artigos ao Código. Um deles diz que as comarcas de entrância final de Caxias, Imperatriz e Timon terão, respectivamente, dois, cinco, e três juízes auxiliares de entrância final.

As vagas de titulares de unidades jurisdicionais que surgirem nestas três comarcas, se não preenchidas por remoção, serão preenchidas pelos juízes auxiliares da respectiva comarca de entrância final, obedecida, rigorosamente, à ordem de antiguidade, sem direito à recusa; e, na falta de juízes auxiliares, por juízes de entrância intermediária, por promoção, pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Antes da titularização do juiz auxiliar em uma unidade jurisdicional, deverão ser apreciados pelo Tribunal os pedidos de remoção porventura existentes.

O anteprojeto informa que, assim como aos juízes titulares de entrância final, aos juízes auxiliares da mesma entrância é permitida a permuta e a remoção entre as referidas comarcas de entrância final.

O artigo 4º do anteprojeto destaca que os cargos de juiz de direito e de servidores efetivos e em comissão, existentes nas comarcas de Caxias, Imperatriz e Timon, seguirão a nova classificação dessas comarcas.
O Artigo 5º estabelece que ficam transformados dez cargos de juiz substituto de entrância inicial em cargos de juiz auxiliar de entrância final para as comarcas de Caxias, Imperatriz e Timon.

ALDEIAS ALTAS
Também durante a sessão do Órgão Especial desta quarta-feira, desembargadores e desembargadoras decidiram, de forma unânime, pela aprovação de anteprojeto de Lei que transforma a Vara Única da comarca de Aldeias Altas na 4ª Vara Cível da comarca de Caxias, para a qual ficam transferidos todos os cargos daquela unidade.

Em sessão, o relator do processo, desembargador Cleones Cunha, explicou que o motivo da alteração se dá em razão da existência de poucos processos em Aldeias Altas que não justificam, para o momento, a instalação de uma Vara Única no município. Em contrapartida, o magistrado destacou a necessidade da criação da Vara Judicial em Caxias, que poderá atender as demandas de ambas jurisdições.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, explicou que “de fato, enquanto há uma pequena quantidade de processos em Aldeias Altas, em Caxias, as demandas têm crescido de forma destacada, justificando a medida”.

Na oportunidade, Velten ressaltou a importância da Corte Estadual continuar a discussão sobre a proposta de uma revisão geral da lei que regulamenta a Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991).

Reforma do Judiciário é tema de aula magna do presidente do TJMA em Açailândia

Desembargador Paulo Velten destacou avanços recentes em evento do curso de Direito da UEMASUL e aproveitou para visitar obras de ampliação do Fórum da Comarca
Comentar
Ascom/TJMA
Agência TJMA de Notícias

“Estágio atual da reforma do Poder Judiciário: fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade” foi o tema da aula magna - Fotos: Divulgação: Ascom/TJMA

O “Estágio atual da reforma do Poder Judiciário: fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade” foi o tema da aula magna do curso de Direito da UEMASUL/Campus Açailândia, proferida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, na noite desta quarta (21).

O magistrado, que estabeleceu governança, resolutividade, integridade e transparência como os quatro eixos de sua gestão, quando assumiu a Presidência do TJMA, em 29 de abril deste ano, fez um resumo dos avanços conquistados na área de Direito, notadamente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, passando pelo posterior pacto federativo entres os poderes do Estado e a atuação do Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005.

Paulo Velten destacou que o curso de Direito tem a capacidade de integrar melhor o cidadão e a cidadã na vida comunitária. Disse que, no Brasil, houve demora para ter um Poder Judiciário com autonomia, independência, e força que tem e que é reconhecido hoje. Disse que a Constituição de 1988 vem cumprindo o papel de assegurar direitos e aprimorar as instituições do Estado.

O desembargador falou dos obstáculos que vêm sendo superados para atender às expectativas da população que procura o Judiciário e ressaltou o momento vivido entre o final de 2003, início de 2004, com o pacto federativo que envolveu todos os poderes de estado: Executivo, Legislativo e o próprio Poder Judiciário, que tem passado por um processo de permanente aprimoramento.

Velten enalteceu o papel do CNJ, órgão responsável pelo planejamento estratégico do Judiciário em seu processo de reforma, com ações, dentre outras, que buscam o combate à cultura do litígio, um desafio a ser enfrentado num ambiente com uma grande quantidade de profissionais do Direito exercendo a advocacia – 1,2 milhão de advogados inscritos e atuando – para um universo 18 mil juízes julgarem todas as demandas.

Também falou da importância da gestão judicial, dos conhecimentos da administração, nos dias de hoje, assim como da necessidade de constante atualização no ramo do Direito.
“Nós, profissionais do Direito, não podemos nos dar o direito de parar de estudar nunca”, frisou Paulo Velten.

Também participaram do evento as professoras Luciléia Ferreira Lopes Gonçalves (reitora da UEMASUL); Márcia Suanne Dias Cavalcante (pró-reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica); Lilian Castelo Branco

(vice-reitora); Gabriela Guimarães Gerônimo (diretora do Curso de Letras da UEMASUL Campus Açailândia); Amélia Aline Cavalcante (diretora do Curso de Direito da UEMASUL Campus Açailândia); o professor Bruno Lúcio Meneses Nascimento (diretor da UEMASUL Campus Açailândia); o ouvidor da OAB/Açailândia e líder do movimento de implantação do curso de Direito em Açailândia, Erno Sorvos; e o procurador-geral do município, Renan Sorvos; representando o prefeito Aluísio Sousa.

AMPLIAÇÃO DO FÓRUM - Durante a passagem pelo município de Açailândia, o presidente do TJMA e o juiz auxiliar Nilo Ribeiro aproveitaram para visitar as obras de ampliação do Fórum da Comarca.

A ampliação contempla a expansão da área administrativa, Salão do Júri e retorno das atividades da Vara da Fazenda Pública e Juizado Especial para o prédio, já que atualmente estão funcionamento em outro espaço.

Conciliação Itinerante movimenta mais de R$ 1 milhão em acordos

O índice de conciliação entre as partes foi de 78,62% nos dois primeiros dias do evento em Colinas e Mirador
Comentar
Amanda Campos - Ascom/TJMA

O projeto é promovido pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA - Foto: Divulgação: Ascom/TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, até esta sexta-feira (23), o projeto Conciliação Itinerante, em Colinas, Mirador, Pastos Bons, São João dos Patos e Passagem Franca, com o intuito de ampliar o acesso da população ao Poder Judiciário.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

Segundo dados enviados pela Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, nos dois primeiros dias do evento, em Colinas e Mirador, foram realizadas 159 audiências, que resultaram em 125 acordos entre as partes, o que representa um percentual de 78,62%. O montante negociado foi de R$ 1.000.678,10.

No universo de sessões promovidas, foram 27 por videoconferência (3 pré-processuais e 24 processuais) e 132 presenciais (14 pré-processuais e 118 processuais).

JUSTIÇA DE PROXIMIDADE
A Conciliação Itinerante está inserida nas atividades do Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão, que também está realizando ações nas comarcas, durante esta semana, sob a iniciativa da Presidência do Tribunal de Justiça. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acompanhou as ações da Conciliação, na comarca de Mirador, nessa terça (20).

O presidente do Nupemec, desembargador José Gonçalo Filho, ressaltou a importância e o alcance social da Conciliação Itinerante. “O projeto possui um grande alcance social ao aproximar as pessoas do Poder Judiciário, resolvendo conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva”, pontuou.

Durante a abertura do projeto, em Colinas e Mirador, o juiz coordenador do Nupemec/TJMA, Marcelo Oka, explicou a sistemática e a relevância do projeto e registrou agradecimentos às instituições parceiras da Justiça. “Esse projeto visa levar a Justiça até a população, ao se deslocar para várias cidades do Estado, realizando audiências de conciliação e coleta para exames de DNA. Essa ação conjunta é promovida em benefício da sociedade”, frisou.

O juiz titular da comarca de Mirador, Nelson Luiz Dourado Araújo, enfatizou a importância da Conciliação Itinerante e dos projetos Justiça de Proximidade e Registro Cidadão, promovidos na comarca. “Essas ações são muito importantes para os jurisdicionados porque aproximam o Poder Judiciário dos cidadãos. Além disso, a Conciliação Itinerante é fundamental para acelerar os julgamentos e desafogar a Justiça. Em Mirador, registramos um excelente índice de acordos entre as partes”, frisou.

Na terça-feira (20), também foi inaugurada a Sala da Justiça, em Sucupira do Norte (termo judiciário de Mirador), ação realizada pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJMA).

PARCERIA

O promotor de Justiça de Colinas, Arão Carlos Lima Castro, enalteceu a iniciativa da Justiça maranhense. "Estou admirado com esse projeto, extremamente exitoso, porque além de desafogar a Justiça, traz para uma comarca distante, como Mirador, que passou por uma tragédia recente de alagamento, a ideia de cidadania, que o Judiciário está perto dela. Nós, do Ministério Público, abraçamos essa iniciativa salutar. O Judiciário está de parabéns!", pontuou.

A advogada da comarca de Mirador, Tarlândia Ferreira Lima, parabenizou a Justiça pelo projeto e pelo atendimento à população. "O atendimento prestado pelos conciliadores é excelente! Eles são bem instruídos e vieram para resolver os problemas da população. Parabenizo a todos os envolvidos na ação", disse.

ACORDO

Maria Raimunda Alves da Rocha compareceu ao evento Conciliação Itinerante para tentar resolver uma demanda processual de guarda e pensão de alimentos, e saiu satisfeita, com acordo realizado. "Viemos ao evento para conversarmos e registrarmos tudo no papel. O atendimento foi muito bom e o acordo também. Agora, nos acertamos!", disse.

DEMANDAS

Durante o projeto, cidadãos e cidadãs poderão resolver diversas questões pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial), de natureza cível e de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade (com coleta de exame de DNA), dissolução de união estável, renegociação de dívidas, dentre outras.

De acordo com a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, a pauta do evento possui 531 audiências processuais (previamente agendadas).

AGENDAMENTO

O agendamento prévio para o evento poderá ser feito pelos seguintes canais: Telejudiciário (0800-707-1581 ou 98 3194-5555); WhatsApp do Nupemec (98 3198-4558) ou formulário eletrônico, disponível no Portal do TJMA. O agendamento também poderá ser feito presencialmente, no local do evento, em seguida, haverá o atendimento do cidadão ou da cidadã.

Durante o projeto Conciliação Itinerante, as audiências são conduzidas por conciliadoras e concilidores do TJMA, devidamente capacitados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

LOCAIS DE ATENDIMENTO

Dia 19/9 - Colinas: no Colinas Clube Center (Praça José Sarney, s/n), das 8h às 17h;
Dia 20/9 - Mirador: Câmara Municipal (Rua Jornalista Mauritônio Meire, nº 22), das 8h às 17h;
Dia 21/9 - Pastos Bons: Câmara Municipal (Rua Raimundo Evaristo, s/n, próximo à Prefeitura Municipal), das 8h às 17h;
Dia 22/9 - São João dos Patos: Câmara Municipal (Avenida Getúlio Vargas, nº 120, Centro) das 8h às 17h;
Dia 23/9 - Passagem Franca: Calçadão Municipal (Centro), das 8h às 17h.
O Nupemec informa que no caso de uma das partes não poder comparecer ao local indicado, a audiência poderá ser realizada por videoconferência.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Para o atendimento de investigação de paternidade, o cidadão ou a cidadã deverá apresentar RG, CPF, comprovante de endereço e certidão de nascimento. No caso de divórcio, os documentos necessários são: RG,

CPF, comprovante de endereço e certidão de casamento.

Para solucionar casos de pensão alimentícia, os interessados deverão levar RG, CPF, comprovante de endereço, contracheque, certidão de nascimento do menor e documento do menor (RG e CPF).

Nos demais casos, as partes devem levar documentos pessoais e comprobatórios das questões a serem solucionadas, a exemplo de faturas.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).